



Últimas notícias da OMC

- ♣ Tentativa Final para Manter as Conversas Multilaterais - Maria Riley, Secretária da IGTV

Relatório sobre os Desdobramentos da UNCTAD XI

- ♣ UNCTAD XI Termina com Perdas e Ganhos para Todos os Grupos – Agora Começa o Trabalho! - Janice Goodson Förde, IGTV-Europa

A IGTV em Ação

- ♣ Declaração Aberta sobre as Atuais Negociações da OMC: “Não Fechar Acordo Algum É Melhor Que Fechar Um Mau Acordo” - Bridgetown, Barbados
- ♣ Relatório da ONG Fórum sobre Beijing +10 - Bancoc, Tailândia
- ♣ Oficina Regional Metodológica: Gastos Públicos e Acordos de Livre Comércio a partir da Ótica do Gênero - San Salvador, El Salvador

NOTÍCIAS DO GÊNERO E COMÉRCIO

- ♣ Novos Recursos
- ♣ Eventos e Avisos

Últimas Notícias da OMC: Tentativa Final para Manter Conversas Multilaterais

Maria Riley, Secretária da IGTV

A reunião programada do Conselho Geral da OMC durante a última semana de julho se tornou uma mini-ministerial de variedades quando cerca de 40 ministros do comércio de duas dúzias de países convergiram em Genebra para considerar o “Pacote de Julho”, o documento base para orientar as negociações futuras sobre o chamado Programa de Desenvolvimento de Doha. Há muita coisa em jogo para a reunião de 27 a 29 de julho, na qual o arcabouço proposto será discutido e talvez resolvido. Há um excesso de retórica sobre a necessidade de se chegar a um acordo quanto a essa base; caso contrário, a OMC estará condenada a ainda mais estagnação, colocando em risco o sistema de comércio multilateral.

Dada a importância atribuída ao documento base, é incompreensível que esteja tão desequilibrada a minuta apresentada pelo

Diretor Geral da OMC Supachai e o Embaixador Oshima, Presidente do Conselho Geral. Parece que as lições de Cancun ainda não foram absorvidas; que as maiores potências, os EUA e a UE, ainda se acreditem capazes de dominar as negociações apesar das objeções da maioria dos países na OMC que representam a maioria dos povos no mundo.

As respostas iniciais do G20 e do G90, bem como dos grupos de ONGs, refletiram decepção com algumas das áreas problemáticas fundamentais. A França também rejeitou a minuta. As principais áreas em disputa são a agricultura, o algodão, o NAMA (Acesso a Mercados Não Agrícolas) e os Temas de Cingapura.

Agricultura e Algodão

Na agricultura, todos os três pilares das negociações – apoio doméstico, subsídios à exportação e acesso a mercados – estão sendo questionados. No apoio doméstico, a minuta recomenda uma modificação nos subsídios da Caixa Azul (limitação de

produção), que irão permitir a extensão dos subsídios. Essa extensão vem em resposta às exigências norte-americanas, enquanto muitos países em desenvolvimento procuram uma *redução* dos subsídios da Caixa Azul. Assim como muitos países em desenvolvimento vêm buscando a eliminação ou um limite para os subsídios da Caixa Verde (subsídios que não distorçam o comércio ou com os quais as distorções sejam apenas mínimas) mas a minuta só pede uma revisão e um monitoramento mais rígido dos mesmos. A permanecerem tais dispositivos, os níveis de subsídios em apoio doméstico dos EUA e da UE continuarão inalterados, perpetuando-se o malabarismo de manter no ar sempre o pacote de subsídios da vez.

Enquanto a minuta não pede um fim a todas as formas de apoio à exportação, a data limite ainda não foi acordada e o processo deve ser paralelo, segundo uma demanda da UE. Isso significa que a UE não irá eliminar subsídios a menos que, ou até que os EUA o façam e vice-versa. Esse paralelismo promete esticar o processo de negociações enquanto os subsídios continuam.

O único tratamento especial e diferenciado definido está direcionado aos “produtos sensíveis” protegidos para os países desenvolvidos. Os produtos especiais e os mecanismos de salvaguarda especiais propostos pelos países em desenvolvimento são deixados para negociações futuras, de forma que a minuta sequer se compromete a negociar ao menos diretrizes nessas áreas. Apesar da posição dos países do G-90 (África, Caribe, Pacífico, União Africana e os LDCs) no sentido de que o algodão seja tratado separadamente, a minuta declara que o algodão será tratado dentro das negociações em torno da agricultura.

Acesso a Mercados Não Agrícolas (NAMA)

O anexo referente ao NAMA na minuta importa a seção sobre o NAMA do texto do Ministro Derbez para Cancun, que foi

rejeitado na Reunião Ministerial da OMC em Cancun. Desde então, o G-90 vem rejeitando seguidamente o texto de Derbez, mas sem resultados. A objeção feita é que a fórmula de redução das tarifas proposta naquele texto irá desindustrializar ainda mais os países em desenvolvimento.

Temas de Cingapura

A minuta pede o início das negociações sobre a facilitação do comércio, uma posição que muitos países em desenvolvimento aceitaram. O ponto em contenda é que a minuta estipula que os outros temas de Cingapura (investimento, políticas de concorrência e compras governamentais) não fariam parte das negociações de Doha. A posição do G-90 que permanece é que eles deveriam ser simplesmente retirados da OMC.

Como sempre, a minuta faz diversas referências a que se coloque o desenvolvimento no centro das negociações de Doha. Entretanto, a linguagem continua se baseando mais na retórica que na ação.

No momento em que este relatório era escrito, estavam em andamento intensas negociações em Genebra acompanhadas das ameaças e promessas de sempre. As últimas notícias sobre os desdobramentos dessas negociações serão colocadas no site da IGTN na Internet: www.igtan.org

Para visualizar essas notícias e demais desdobramentos antigos sobre a OMC, visite:

<http://www.igtan.org/Updates/updates.html>.

UNCTAD XI Termina com Perdas e Ganhos para Todos os Grupos – Agora Começa o Trabalho!

Janice Goodson Forde[*]

A Alma da UNCTAD XI

A cada quatro anos, ocorre a conferência ministerial da UNCTAD, onde os estados membros tomam pé e adotam ou ajustam o programa de trabalho e as principais prioridades para o trabalho da organização

no próximo quadriênio. O propósito desta décima primeira conferência ministerial foi o de fortalecer o trabalho da UNCTAD de modo a assegurar coerência entre as estratégias de desenvolvimento de cada país e o desenvolvimento econômico global de forma a avançar o comércio e o desenvolvimento sustentáveis, em especial para os países em desenvolvimento. Este ano também registra o 40º aniversário da UNCTAD com uma filiação de 192 países.

Realizada em São Paulo, a UNCTAD XI terminou em consenso entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Foram negociadas soluções para diversas controvérsias acerca das formulações dos textos no sentido de se chegar aos documentos finais da conferência: “O Consenso de São Paulo” e a Declaração Ministerial “O Espírito de São Paulo”, que contém perdas e ganhos para todas as partes. O Fórum da Sociedade Civil apresentou uma versão emendada da Declaração intitulada *UNCTAD XI – Dando Alma ao “Espírito de São Paulo”*.

Uma conclusão geral é a de que a Organização das Nações Unidas saiu do processo da UNCTAD XI um pouco mais fortalecida, durante um período em que as negociações comerciais globais da OMC haviam ficado estancadas apesar dos esforços para dar partida novamente.

Conclusão difícil, entretanto, é a de que infelizmente os países desenvolvidos consideram a UNCTAD e seu programa uma organização e ferramenta de relevância apenas para os países em desenvolvimento e, assim, esperam que estes sejam coerentes com o desenvolvimento econômico global desigual que se desenrola, temperado por assistência técnica, mas dominado por eles. Entrementes, os países em desenvolvimento enxergam a UNCTAD como um fórum e uma ferramenta para o comércio e o desenvolvimento que atende às necessidades do seu desenvolvimento e elabora regras macro-econômicas em

consonância com as suas prioridades desenvolvimentistas. Posto isso, todas as partes vêem a UNCTAD como um fórum para consultas e análises, e para que se chegue a consensos.

Não obstante, será necessário um trabalho muito árduo até que se encontre concordância genuína acerca dos temas polêmicos para implementar os pontos principais do programa de trabalho da UNCTAD e para que se produzam resultados até a avaliação estipulada para médio prazo e antes da próxima conferência ministerial (a 12ª) na África em 2008. Isso significa que há um trabalho considerável para as OSCs e as ONGs.

Temas Contenciosos

Os países em desenvolvimento e a UE, em conjunto com outros países industrializados, haviam concebido os temas da conferência de maneiras muito distantes entre si para fortalecer a coerência entre estratégias de desenvolvimento nacional e o desenvolvimento econômico global. De fato, foi quase como um “vai a dois” para todas as partes envolvidas nas altas horas do dia 16 de junho.

A questão principal a impedir o acordo foi a necessidade do grupo dos países em desenvolvimento (G-77) e da China terem reconhecidos os conceitos de “*espaço de políticas*” e “*boa governança (internacional)*”, enquanto a UE, os EUA, a Austrália, o Canadá, a Noruega, a Suíça, o Japão e outros países industrializados queriam uma definição clara de “*boa governança (nacional)*”. Em suma, era uma questão de responsabilidade e obrigação para o desenvolvimento sustentável dentro do marco da globalização econômica, que dá vantagens claras aos países ricos enquanto os pobres pagam.

Os países em desenvolvimento exigiram que fosse reconhecido o impacto que as condições internacionais – comércio, sistemas financeiros e os fardos das dívidas – exercem sobre as oportunidades que eles

têm de se desenvolver, bem como as obrigações que têm os países desenvolvidos no sentido de propiciar assistência técnica e financeira para ajudar a resolver problemas de desenvolvimento. A UE e outros países industrializados queriam jogar as principais responsabilidades e obrigações relativas ao desenvolvimento para cima dos países em desenvolvimento e dos países com economias em transição, embora houvesse (e haja) um desejo de fornecer assistência técnica. Portanto, os países em desenvolvimento lutaram por um “*espaço de políticas*” para formular suas próprias políticas nacionais que dêem apoio aos potenciais de desenvolvimento nacional e que nivelem o campo desigual onde se desenrola o jogo da “*boa governança internacional*”, enquanto a UE e seus aliados lutaram por uma ênfase maior sobre a importância da “*boa governança (nacional)*” e sobre a aceitação dos acordos multilaterais existentes na OMC, no Banco Mundial (BM), no Fundo Monetário Internacional (FMI) etc.

Apesar dessas diferenças, a conferência terminou em consenso, onde os diferentes grupos conseguem ler o que querem no acordo; os países em desenvolvimento conseguem interpretar o resultado final de “boa governança” como a definição de sua “efetiva e plena participação nos acordos globais e nos procedimentos decisórios globais”, por exemplo, na OMC, no BM e no FMI. Ao mesmo tempo, a UE e outros países desenvolvidos podem alegar que acordos nessas instituições não estão em questão e que os países com “desempenho ruim” que “não conseguem” implementar acordos internacionais não têm circunstâncias mitigantes.

Gênero, Comércio e Globalização – Mesa Redonda de Alto Nível

A UNCTAD XI tentou se concentrar no comércio e no desenvolvimento a partir de uma ótica do gênero e da mulher no desenvolvimento ao identificar “*Comércio e Gênero*” como um dos três temas transversais da conferência para as mesas

redondas e painéis de alto nível. Os outros dois temas foram “comércio e pobreza” e “comércio, indústrias criativas e desenvolvimento”. Juntos, os três foram descritos pelo Secretário Geral da UNCTAD como “a dimensão moral da globalização e da liberalização do comércio” e vistos como acréscimo vital aos quatro sub-temas oficiais da conferência. Embora todos os três tenham acontecido como “alto nível”, no programa final da conferência tal rótulo havia desaparecido do evento de gênero e comércio, de forma que o tema foi apenas mais um tópico entre os muitos eventos da conferência.

A Mesa Redonda do Gênero e Comércio foi presidida por Everlyn Herfkins, Coordenadora da Campanha das Metas de Desenvolvimento para o Milênio da ONU, com palestra de abertura da prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, e Secretário Geral da UNCTAD, Rubens Ricupero, juntamente com a participação de vários ministros e representantes do alto escalão do Brasil, das Filipinas, da Inglaterra, da África do Sul, da Costa Rica e do Senegal, inclusive com contribuições da platéia feitas pelo Ministro de Estado para Assistência ao Desenvolvimento e aos Direitos Humanos da Irlanda e representante da presidência da UE, Tom Kitt. Foram apresentadas e discutidas as experiências dos países com as “boas práticas” no comércio e no desenvolvimento a partir de uma ótica de gênero e foi lançada a publicação da ONU “*Comércio e Gênero – Oportunidades e Desafios para os Países em Desenvolvimento*” em nome da Rede Inter-agências da ONU para a Igualdade das Mulheres e de Gênero, Força Tarefa para o Gênero e o Comércio, que é coordenada pela UNCTAD.

www.unctad.org/en/docs//edm20042.en.pdf

A mesa redonda de alto nível do G&C conseguiu apresentar a questão como uma dimensão essencial nas políticas e no trabalho do comércio e do desenvolvimento e atraiu uma quantidade significativa de público, primordialmente mulheres. As

experiências trocadas revelaram que está sendo feito um trabalho sóbrio em distintas partes do mundo, e muitos bons exemplos estão vindo a nível local e regional em São Paulo. A participação e os comentários do irlandês Tom Kitts sublinharam a prioridade política que a UE e a Irlanda conferem à questão. Entretanto, ainda não está claro o que vai acontecer com o trabalho de G&C na UNCTAD, no seu programa e na Força Tarefa durante os próximos quatro anos.

O aspecto do gênero e da igualdade também foi levantado por palestrantes e participantes nalguns outros eventos da UNCTAD, mas não chegou a ser incluído concretamente nas agendas, além do Fórum da Sociedade Civil. A importância de uma perspectiva de gênero e da igualdade da mulher também foi observada em palestras feitas por vários países e organizações internacionais para a plenária, inclusive a Dinamarca, a UE e a Santa Sé.

Gênero, Comércio e Globalização – A Perspectiva da Sociedade Civil

O Fórum da Sociedade Civil dedicou especificamente um dia à igualdade de gênero e outras questões de igualdade com o título de “Ampliando os Horizontes das Políticas Econômicas: Direitos Humanos e Grupos Voltados para Ética, Gênero, Geração, Orientação Sexual, Povos Tradicionais etc.”

Várias organizações e redes de desenvolvimento das mulheres, inclusive a IGTN, assumiram a responsabilidade de coordenar o dia, onde a IGTN-América Latina arcou com o maior bocado. O evento ocorreu em 14 de junho, dia de abertura da conferência, com painéis impressionantes de palestrantes latino-americanos e asiáticos compartilhando experiências e conhecimento. A Secretária Especial do Brasil para as Políticas das Mulheres, a Secretária Especial para a Igualdade e a Diversidade Racial e a Gerente Regional da UNIFEM para a América Latina participaram do painel final, que levou a uma entusiasmada discussão com os

participantes. Foi produzido em seguida uma *Declaração dos Participantes – Evento sobre Gênero, Raça, Etnicidade, Orientação Sexual, Povos Tradicionais, Gerações, São Paulo, Brasil, 14 de junho de 2004.*

O que vai acontecer com a alma da UNCTAD XI?

O enfoque de alto nível sobre as questões de igualdade de gênero, comércio e desenvolvimento foi decerto muito bom, e foi importante também que as ONGs e as redes cientes das questões de gênero e da mulher as tenham trazido para o cerne do Fórum da Sociedade Civil. Mas a questão ainda não está de fato inserida no programa de trabalho da UNCTAD. Os documentos finais da conferência acomodam a visão da maioria dos estados membros com os temas polêmicos formulados de uma maneira que deixa todos os grupos os interpretarem em conformidade com seus próprios pontos cardeais. Os documentos incluem diversas prioridades vitais sem definir claramente um enfoque claro ou plano de trabalho para o programa da UNCTAD nos próximos quatro anos.

Uma questão agora é como a coordenação e o trabalho da UNCTAD relativos aos temas pertinentes à igualdade de gênero irão proceder dentro da Força Tarefa da ONU para o Gênero e o Comércio e no próprio programa de trabalho da UNCTAD. O Secretário Geral Rubens Ricuperro tem sido uma força chave na condução das preocupações de gênero e igualdade para a pauta da UNCTAD dando seu apoio executivo e alocando mais recursos para o tema. Entretanto, ele estará se retirando em breve e vários outros cargos na vice-diretoria da organização também irão vagar. Sem uma estratégia ou diretrizes concretas, a maneira como a nova liderança irá priorizar o gênero e a mulher na perspectiva do desenvolvimento dentro do trabalho da UNCTAD ficará em aberto. Será que o tema ficará invisível e desaparecerá, ou será que vai ser mantido e promovido?

Um dos perigos que se seguem ao aparente sucesso da mesa redonda de alto nível é que tanto a UNCTAD quanto a Força Tarefa podem ficar complacentes, esperando que sejam automáticas a continuação dos trabalhos e o seguimento do tema. Sabem os especialistas e ativistas que a igualdade de gênero no desenvolvimento não é automática; trata-se de algo que requer trabalho ativo e precisa ser conquistado. Ainda há tarefas imensas a serem empreendidas: os termos de referência da Força Tarefa são muito ambiciosos e exigentes, precisando de uma boa dose de cooperação e coordenação dentro da UNCTAD e dentre as agências da ONU; e a UNCTAD ainda precisa integrar os temas de gênero e igualdade a TODAS as suas áreas e processos além das questões de políticas comerciais.

É AGORA que as mangas devem ser arregaçadas para que se ponham mãos à obra de promover o bom funcionamento da UNCTAD e de seus programas e assegurar a integração dos temas da igualdade de gênero e do desenvolvimento na UNCTAD e no seu programa quadrienal de trabalho.

[*] Janice G. FOERDE, presidenta do KULU-Mulheres e Desenvolvimento, Dinamarca; diretora da ICDA/Coalizão Internacional para Ação do Desenvolvimento; Ponto Focal de Incidência da IGTN-Europa a/c ICDA; representou o KULU e o Grupo-92 Dinamarca como assessora das ONGs pela delegação dinamarquesa oficial na UNCTAD XI e participou nas atividades e na incidência do Fórum da Sociedade Civil.

Para consultar as declarações e relatórios da sociedade civil na UNCTAD XI, inclusive uma Declaração para a União Européia sobre Gênero e Comércio para a UNCTAD XI, visite:

<http://www.igtn.org/Updates/updates.html>.

Para obter artigos em dinamarquês e em inglês e links sobre a UNCTAD XI, inclusive o Memorando do Fórum da Sociedade Civil

na UNCTAD XI para o Secretário Geral das Nações Unidas sobre a questão da nova liderança da UNCTAD, junho de 2004, veja o site do KULU na Internet: www.kulu.dk bem como a página do U-landsnyt.dk: <http://www.u-landsnyt.dk/nyheder.asp?ID=2033>.

A IGTN em Ação

↳ **“Não Fechar Acordo Algum É Melhor Que Fechar Um Mau Acordo” – As ONGs Caribenhas Defendem uma Posição Firme dos Governos Regionais Atualmente Engajados em Negociações na OMC**

Bridgetown, Barbados, 24 de julho de 2004

Numa declaração feita recentemente para a imprensa pelo Centro Caribenho de Desenvolvimento de Políticas (CPDC), que representa várias ONGs locais inclusive a Rede de Gênero e Comércio Caribenha (CGTN), os militantes instigavam os governos da região a desistir de qualquer acordo que não atenda pelo menos 95% das suas exigências nas atuais negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Como parte do G-90, que se reuniu na Guiana no início de julho de 2004, os governos regionais emitiram um documento base delineando suas posições no sentido de assegurar que a OMC cumpra seu compromisso de levar adiante uma agenda de desenvolvimento. Entretanto, nos últimos dias o grupo foi acusado de inflexibilidade e de deter o andamento de um acordo base a ser resolvido até o fim deste mês.

Shantal Munro-Knight, da direção de programas do Centro Caribenho para o Desenvolvimento de Políticas (CPDC), que representa uma série de ONGs regionais, declarou que: “Os países em desenvolvimento só dão, que é a razão pela qual não ganhamos nenhum benefício com o processo. Desta vez, caberia aos países desenvolvidos vir para a mesa com propostas de trocas genuínas. Se nos

dobrarmos um pouco mais, vamos nos partir ao meio!”

Segundo Munro-Knight, os países desenvolvidos, como a UE e os EUA, vêm “jogando joguinhos”. Até o momento: a UE prometeu eliminar os subsídios à exportação mas só se todos os demais países desenvolvidos fizerem o mesmo; os EUA prometeram retirar os créditos para exportação mas só se a UE fizer o mesmo; e nenhum deles está disposto a colocar no papel uma data definitiva para a retirada dos subsídios.

O CPDC sustenta que, em tais circunstâncias, os governos regionais devem resistir às pressões para concordarem com qualquer acordo base que não atenda as suas demandas essenciais. A Sra. Munro Knight indica que “se precisarmos ir embora, nós iremos; seria uma tristeza mas não podemos continuar sendo forçados a fechar acordos que não atendam as nossas necessidades. Dizer sim para um acordo base ruim nos manteria presos numa situação de perda durante anos a fio.”

Os países do G-90 exigem:

- Maior acesso aos mercados dos países desenvolvidos
- Eliminação dos subsídios dos países desenvolvidos
- Nenhum novo comprometimento para os países em desenvolvimento
- Isenção das novas reduções tarifárias para os países em desenvolvimento

Para obter maiores informações, entrar em contato com Shantal Munro-Knight: ngowb@sunbeach.net.

→ **Relatório da ONG Fórum Sobre Beijing +10**

Bancoc, Tailândia, 30 de junho a 03 de julho de 2004

No dia 3 de julho, a ONG asiática da costa do Pacífico, Fórum Sobre Beijing+10, concluiu um trabalho de fortalecimento das

mulheres da região com novas habilidades, compromissos resgatados e novas esperanças. Gigi Francisco, da IGTN-Ásia, serviu como Ponto Focal para uma oficina intitulada “Mulheres, Fórum Social Mundial e a Busca por Alternativas à Globalização Neoliberal” enquanto Gulnora Makhmudova, da IGTN-Ásia Central, serviu como comentadora numa sessão plenária intitulada “Direitos das Mulheres, Democracia e o Desafio do Desenvolvimento Sustentável”.

No último dia do Fórum, mulheres de várias ONGs da região assistiram a oficinas de treinamento e capacitação que se concentraram na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW), no uso de Tecnologias de Informação e Comunicação e na documentação de direitos humanos que se mostre atenta às questões de gênero. Também tiveram continuidade no último dia as discussões sobre tópicos que haviam começado nos dias anteriores, como HIV/AIDS, análise do poder na administração e na política e estratégias feministas alternativas.

Keiko Okaido, vice-diretora executiva da Comissão Econômica e Social das Nações Unidas para a Ásia e o Pacífico (UNESCAP) fez o discurso de encerramento do Fórum. Destacou a necessidade de construir relacionamentos mais efetivos entre as ONGs de mulheres, os governos e os órgãos da ONU, como a UNESCAP, que, conforme ela disse, já tem uma tradição antiga de colaboração com ONGs. Disse também que as mulheres estão vivenciando agora uma situação complexa e enfrentam mais desafios severos, sendo portanto imprescindível que trabalhem juntas para elaborar soluções mais construtivas e estratégias para uma mudança.

A Declaração oficial do Fórum reflete a plena ratificação do compromisso das mais de 700 participantes da Plataforma de Beijing para Ação (BPFA) em meio à

crescente agitação, a insegurança e as crises globais causadas pela globalização, guerra, militarismos e extremismos neoliberais. Menciona também que, enquanto as mulheres da Ásia e do Pacífico comemoram o BPFA como documento estratégico para o *empowerment* das mulheres, ainda precisam ser reconhecidos os imensos e complexos desafios que as mulheres da região continuam enfrentando.

O relatório do Fórum será concluído em meados de agosto e uma versão condensada será apresentada na sessão da Comissão para o Status das Mulheres (CSW) sobre Beijing+10 em março de 2005.

Este artigo foi adaptado a partir de um resumo de Libay Linsangan Cantor, Isis International Manila Mahidol University. Esse relatório e o de outros fóruns se encontram em: www.isiswomen.org.

– **Oficina Metodológica Regional: Gastos Públicos e Acordos de Livre Comércio a partir de uma Ótica de Gênero**

San Salvador, El Salvador, 8-9 de julho de 2004

O Escritório Regional para América Central, México e Caribe da Fundação Heinrich Boll (HBF) patrocinou uma oficina de dois dias intitulada “Oficina Metodológica: Gastos Públicos e Acordos de Livre Comércio (FTAs) a partir de uma Ótica de Gênero” em San Salvador, El Salvador, nos dias 8 e 9 de julho de 2004. Aproximadamente 69 participantes de toda a América Central e do Sul e do Caribe representaram instituições acadêmicas, organizações da sociedade civil, organizações das Nações Unidas, movimentos sociais, órgãos governamentais e organizações de mulheres. Incluem-se aí representantes da IGTN América Latina e da Rede de Gênero e Comércio dos EUA.

O ímpeto para a oficina cresceu a partir de uma pesquisa preliminar encomendada pelo Programa de Economia e Gênero da

Fundação Heinrich Boll. A pesquisa conduzida na fase inicial desse programa expôs a falta de uma perspectiva crítica de gênero no trabalho sobre os gastos públicos e os acordos de livre comércio. Os objetivos da oficina eram identificar as lacunas conceituais e metodológicas com relação ao gênero na pesquisa sobre gastos públicos e acordos de livre comércio e elaborar indagações que sirvam de guia para a pesquisa futura sobre essas questões.

Gênero e Acordos de Livre Comércio (FTAs)

A representante da IGTN e economista feminista Alma Espino, num estudo de preparação para a oficina intitulado “Impactos de Gênero sobre as Políticas Comerciais: Avanços e Desafios para Pesquisa e Ação”, descobriu que são necessários novos arcabouços metodológicos e teóricos de análise para os países em desenvolvimento que sejam específicos para cada país e cada região, e ainda que se concentrem nos impactos do comércio sobre as mulheres na região em pauta. Ela descobriu que a pesquisa sobre os impactos relativos a gênero sofridos com os acordos de livre comércio abriram um espaço bastante necessário para análise crítica da liberalização econômica e seus impactos sobre as mulheres em comparação com os homens bem como suas implicações para os diferentes setores na sociedade latino-americana. Outra palestrante, Rebecca Salazar, representando a organização mexicana Medio Ambiente y Genero, levantou a questão do propósito de se incluir uma perspectiva de gênero nos acordos de livre comércio. Ela conclamou as presentes a esclarecer os nossos objetivos na esperança de trazer o gênero para a linha de frente nos FTAs e adotar uma postura estratégica com relação aos espaços para inclusão da questão do gênero.

Gênero e Gastos Públicos

Lucia Perez Faragoso e Concepcion Martinez, da Equidad de Genero, do México, apresentaram proposta para fazer uma

análise metodológica de um orçamento de gastos públicos a partir da ótica do gênero. Algumas das questões fundamentais que precisam ser abordadas ao se buscar a integração do gênero nos gastos públicos são: conseguir a anuência dos governos; desenvolver estratégias para influenciar cada etapa do processo, desde a preparação orçamentária até os gastos; identificar as estatísticas que se fazem necessárias; e determinar a maneira de sistematizar a pesquisa e as descobertas. Da mesma forma que sucedeu com a questão do gênero e das FTAs, as participantes tornaram a levantar a questão do propósito de integrar uma perspectiva de gênero nos gastos públicos e questionaram se seria o caso de simplesmente inserir o gênero em políticas e orçamentos sociais tais como os de saúde, educação, redução da pobreza, etc, ou se deveria ser uma categoria separada e um item específico nos orçamentos e políticas relativos aos gastos públicos.

Processo Inicial da Elaboração Metodológica: Gênero e FTAs

A partir do primeiro dia de apresentações das descobertas iniciais das pesquisas que mostraram haver necessidade de uma análise, feita pela ótica do gênero, dos acordos de livre comércio e dos gastos públicos, as participantes se organizaram em grupos de trabalho com a tarefa de formular instrumentos metodológicos para atender essa necessidade. Os grupos que trabalhavam com os FTAs e o gênero se concentraram em abordar uma série de questões, dentre as quais: (1) Como analisar os efeitos ou impactos de um FTA já em andamento sobre o gênero; e (2) Como examinar um FTA a partir de uma perspectiva de gênero. Em resposta à primeira questão, algumas participantes concordaram com a importância, a princípio, de se identificar as áreas ou setores específicos do FTA que tenham impactos mais severos sobre as mulheres, como agricultura, acesso a remédios, serviços etc. Assim se poderia examinar como o FTA afetou as mulheres nas áreas rurais e as

agricultoras, que impactos houve sobre a saúde e a segurança social das mulheres, onde foi influenciado o papel das mulheres no mercado de trabalho, nos padrões migratórios etc. As participantes também sentiram que seria importante examinar tanto o texto do FTA quanto o processo no qual ele foi negociado para que se possa avaliar o grau de participação e transparência, e ainda as implicações sobre os grupos que foram marginalizados no processo.

Em resposta à segunda questão, as componentes do grupo sugeriram fazer primeiro um apanhado histórico do contexto nacional, com uma vista da situação dos direitos econômicos, sociais, políticos e humanos. A pergunta fundamental a fazer seria: “Quem tem controle dos recursos e das relações de poder, e como isso está ligado aos papéis produtivo e reprodutivo das mulheres dentro da sociedade?” Também seria necessário identificar os setores produtivos onde os impactos sobre as mulheres eram maiores e aumentar a conscientização, a compreensão e o acesso a informações sobre os impactos dos FTAs sobre as mulheres. Mas as participantes destacaram que não só era importante se concentrar na maneira de se conduzir um estudo metodológico mas também considerar *por que* um exame dos impactos causados pelos FTAs sobre o gênero é importante e necessário e *como* seriam utilizados os resultados do estudo. Para as participantes dos grupos de trabalho sobre gênero e os FTAs, essas questões continuavam por resolver ao fim dos dois dias do encontro. Entretanto, a oficina apresentou um espaço para continuação do pensamento crítico sobre a questão de se abordar e analisar os FTAs a partir de uma perspectiva de gênero e atendeu os membros do mundo acadêmico e da sociedade civil, da militância e dos círculos de políticas que participaram do evento.

Os pontos principais de todos os quatro grupos de trabalho (2 sobre FTAs e gênero e 2 sobre gastos públicos e gênero) serão

sistematizados e a produção gerada nos dois dias de oficina será organizada dentro de um arcabouço para pesquisa e análise metodológica do escritório regional da HBF. Essas informações serão disponibilizadas em breve. Para obter maiores informações sobre a oficina, visite: www.boell-latinoamerica.org.

Gênero, Comércio e Recursos para o Desenvolvimento

- **“Os Efeitos da Liberalização do Comércio sobre os Pobres da Jamaica: Uma Análise da Agricultura e dos Serviços,”** Women’s Edge Coalition, junho de 2004

Este estudo de caso, conduzido pela Women’s Edge Coalition em colaboração com a Associação Caribenha para Pesquisa e Ação Feminista (CAFRA), utiliza a ferramenta TIR (Trade Impact Review = Análise do Impacto do Comércio) desenvolvida pela Women’s Edge para avaliar o impacto regulador jurídico e econômico da liberalização do comércio sobre a população pobre na Jamaica. Ele também prevê os impactos potenciais da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) sobre as comunidades pobres na Jamaica, com um enfoque específico sobre as mulheres.

Para obter maiores informações, visite: <http://www.womensedge.org/pages/aboutus/detailpage.jsp?id=223>.

- **Stolen Childhoods,** Fundo Internacional para os Direitos do Trabalho

Primeiro documentário de longa metragem já produzido sobre o trabalho infantil global, *Stolen Childhoods (Infâncias Roubadas)* se concentra nas arriscadas condições de trabalho que enfrentam mais de um quarto de bilhão de crianças do mundo envolvidas na economia global. O filme tem co-direção de Len Morris e Robin Romano e se

concentra no Paquistão, Quênia, México, Brasil, Índia, Indonésia e Estados Unidos.

Para saber mais ou encomendar uma cópia do filme, visite: www.stolenchildhoods.org.

Eventos e Avisos

- **A IGTN Participa do 1º Fórum Social das Américas**

Quito, Equador, 25 a 30 de julho de 2004

Representantes da IGTN irão participar do primeiríssimo Fórum Social das Américas (ASF) em Quito, Equador, entre 25 e 30 de julho de 2004. Graciela Rodriguez, da IGTN-Brasil, e Norma Sanchis, da IGTN-Argentina, estarão representando a IGTN dentro do Comitê das Mulheres da Aliança Social Continental (HSA - Hemispheric Social Alliance).

O Comitê das Mulheres irá patrocinar duas oficinas no evento. A primeira se chamará “Mulheres e Sua Defesa do Direito à Água – Dois Estudos de Caso sobre Privatização – Cochabamba, Bolívia, e Amazônia Brasileira”. A segunda oficina se concentrará na atualização do Capítulo de Gênero do Documento “Alternativas” da HSA e se chamará “Atualizando o Capítulo de Gênero das Alternativas HSA para o Documento das Américas”.

Para obter maiores informações sobre a participação da IGTN no ASF em Quito, entrar em contato com Graciela Rodriguez através do endereço: graciela@sere.org.br.

- **Rede de Gênero e Comércio – África: Oficina sobre Gênero & Macroeconomia**

Harare, Zimbábue, 20 a 22 de agosto de 2004

A Rede de Gênero e Comércio na África (GENTA) irá realizar uma oficina regional de alfabetização econômica sobre gênero e macroeconomia em Harare, Zimbábue, entre 20 e 22 de agosto de 2004. A privatização dos serviços sociais será usada como ponto

de partida para se fazer um elo com o papel do estado nas questões de cidadania e liberalização do comércio quanto às questões da igualdade de gênero nos direitos humanos.

Objetivo

O propósito da oficina é capacitar economistas africanas, militantes e legisladoras na análise dos elos entre o sustento das mulheres e comunidades e as políticas macroeconômicas no contexto da pobreza feminizada e da globalização. Também visamos aumentar a compreensão e a competência das participantes para facilitar o desenvolvimento de metodologias de alfabetização econômica populares específicas.

As metas de longo prazo são: contribuir para a conquista dos direitos sociais e econômicos das mulheres num âmbito mundial, propiciar ferramentas que o povo seja capaz de utilizar para dar continuidade aos treinamentos nas suas atividades nacionais e ter ferramentas escritas que venham a difundir a alfabetização econômica para muito além da oficina.

Os resultados que se esperam obter com a oficina são:

- ♣ O desenvolvimento de ferramentas para análises de gênero, comércio e economia;
- ♣ Uma maior capacidade para a militância em torno do gênero e da macroeconomia;
- ♣ A elaboração de um plano de ação para a incidência em termos de gênero e macroeconomia em seus respectivos países;
- ♣ Uma maior compreensão dos elos entre a pobreza feminizada e as políticas macroeconômicas;
- ♣ Uma maior capacitação das economistas e ativistas africanas e um maior diálogo sobre as políticas e a militância no sentido de engendrar a macroeconomia.

Para obter maiores informações, entrar em contato com Brenda Ndlovu, Diretora de Alfabetização Econômica da GENTA através de: brendandlovu@sn.apc.org

Para receber o Boletim Mensal da IGTN via correio eletrônico, escreva para secretariat@igtn.org e coloque "assinar" na linha de assunto; faça constar no corpo da mensagem o seu nome e o da sua organização.

Para ler boletins antigos, vá ao site da IGTN na Internet:

<http://www.igtn.org/Bulletins/Bulletins.html>.